

# Políticas públicas e internacionalização da Educação Superior: em pauta a cooperação Sul-Sul

*Public Policies and Internationalization of Higher Education: South-South cooperation on the agenda*

## Editora

Maria Inês Côrte Vitoria  
PUCRS, RS, Brasil

## Editora Colaboradora

Pricila Kohls dos Santos  
PUCRS, RS, Brasil

## Equipe Editorial

Carla Spagnolo  
PUCRS, Brasil  
Rosa Maria Rigo  
PUCRS, Brasil

ISSN 2179-8435



Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada.

[http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)

## RESUMO

Este artigo, relacionado à pesquisa de programa de pós-graduação, objetiva reconhecer as principais políticas públicas direcionadas à internacionalização da educação superior e as dinâmicas de cooperação Sul-Sul. Caracteriza-se por uma pesquisa bibliográfica e uma análise documental. Os temas educacionais têm sido amplamente debatidos entre organismos internacionais, tais como Banco Mundial, UNESCO e OCDE, os quais têm produzido uma agenda global notadamente influenciadora das políticas públicas nacionais e regionais. A cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, um dos princípios constitucionais que regem as relações internacionais do Brasil, corporifica-se através do Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G), do Programa Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), entre outros. Outro fato importante é a corrida pela consolidação de um bloco universitário regional de sucesso no Mercosul, o que não é novidade no meio acadêmico. Considerando-se o complexo discurso acerca de globalização, sociedade do conhecimento e integração regional, pode-se afirmar que tanto o Mercosul, como os acordos de cooperação entre o Brasil e outros países, a exemplo dos PALOP, enfrentam o desafio de alinhar as ações no setor educativo de maneira a promover o desenvolvimento social e econômico com base na equidade e na solidariedade entre as nações do Sul global.

**Palavras-chave:** Internacionalização; Educação Superior; Políticas públicas; Cooperação Sul-Sul.

<sup>1</sup> Doutora em Educação. Professora Adjunta do Departamento de Administração Escolar, do Centro de Educação, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Professora pesquisadora junto ao Observatório de Educação (OBEDUC/CAPES), desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Elos – UFSM.

<sup>2</sup> Possui graduação em Direito pela Universidade da Região da Campanha (1994). Especialização em Gestão Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012) e atualmente cursa o mestrado profissional no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

**ABSTRACT**

This paper, related to the research of postgraduate program, has the purpose to recognize the main public policies related to the internationalization of Higher Education and main dynamics of South-South cooperation. It is characterized by a bibliographical research and a documentary analysis. The educational themes have been widely argued among international organizations such as the World Bank, UNESCO and OECD, which has produced a global agenda that is directly influencing national and regional public policies. The cooperation among peoples for the progress of mankind, one of the constitutional principles that moves the international relations of the Federative Republic of Brazil, becomes reality through the Exchange Program for Undergraduate Students (PEC-G), Exchange Program for Postgraduate Students (PEC-PG), Science without Borders (SwB), among others. Another important fact is the race to achieve a regional university block of success in MERCOSUR, which is not new in the academic world. Considering the hard speech about globalization, knowledge society and regional integration, it can be stated that both MERCOSUR and cooperation agreements between Brazil and other countries, like the PALOP countries, are facing the challenge of aligning the educational sector actions to promote social and economic development, based on equity and solidarity among the nations of the Global South.

**Keywords:** Internationalization; Higher Education; Public policies; South-South cooperation.

---

## Introdução

O processo de formulação de políticas públicas relacionadas à internacionalização da Educação Superior e das principais práticas de cooperação Sul-Sul<sup>1</sup> apresenta-se através de um estudo multidisciplinar e reconhecê-lo implica internalizar que a pesquisa requer privilegiar o aprofundamento do conhecimento em Ciências Sociais. O exercício do direito à educação no Brasil vem, notadamente, influenciado pela dinâmica das relações internacionais e economia, às quais o país está conectado.

Boneti (2011) elucida que a formulação de políticas públicas está relacionada com a expansão do capitalismo internacional e com a correlação de interesses originados nos vários segmentos que compõem a sociedade civil.

A consciência da interdependência das nações e da importância da circulação de ideias são elementos que influenciam a agenda das políticas educacionais. Para além da cooperação internacional como meio para o

---

<sup>1</sup> Segundo a Organização das Nações Unidas, a cooperação Sul-Sul é um mecanismo de desenvolvimento conjunto entre países emergentes em resposta a desafios comuns. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/tema/cooperacaoossul/>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

desenvolvimento humano, na era da sociedade do conhecimento<sup>2</sup> o crescimento econômico tem se constituído o motor para a intervenção de países desenvolvidos na formulação de políticas públicas em países emergentes, especialmente, através das organizações internacionais.

O Sul global<sup>3</sup> vem assumindo postura proativa no sentido de construir mecanismos para a cooperação, baseada na solidariedade e equidade, com o propósito de inovação social, científica e tecnológica. Nesse panorama, a internacionalização da Educação Superior atua como fio condutor para atingir o fortalecimento dessas nações.

Frente à conjuntura global, este texto objetiva reconhecer a influência da globalização e dos organismos internacionais no planejamento para a cooperação acadêmica internacional, bem como correlacionar a tais perspectivas os projetos e programas governamentais brasileiros que têm se destacado e que [re]desenham transformações no panorama universitário.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo e sustenta-se em consultas ao arcabouço teórico encontrado em fontes bibliográficas e análise documental.

A Educação Superior revela um vasto campo de estudo, porém, ao limitar a pesquisa à compreensão da arena de políticas dirigidas à internacionalização, apresenta-se uma reflexão do estado do conhecimento produzido na literatura acerca dos conceitos inerentes à globalização e aos marcos regulatórios que norteiam as políticas educacionais e, após, um apanhado dos principais programas governamentais destinados à cooperação acadêmica internacional, com ênfase no eixo Sul-Sul.

## Globalização e os marcos para a Educação Superior

A compreensão das políticas educativas brasileiras no contexto da internacionalização da Educação Superior, para além do contexto de globalização, remete a questões de cunho cultural. Depreende-se do ensinamento de Freire (2000) que a colonização de exploração comercial, sem o envolvimento dos colonos em civilizar a terra descoberta, fez com que a educação, por séculos, não tenha sido prioridade no Brasil. Tal situação, possivelmente, tenha acarretado a “inexperiência democrática” citada por historiadores.

<sup>2</sup> “Sociedade do conhecimento: O conhecimento adquire centralidade e põe-se como fator de produção e geração de riqueza.” (MOROSINI, 2006, p. 221).

<sup>3</sup> Para Santos (1995, p. 506-519 apud SANTOS, 2010, p. 42) o Sul global refere-se “[...] às regiões periféricas e semiperiféricas e países do sistema mundo moderno, que foram denominados de Terceiro Mundo, após a Segunda Guerra Mundial.” “Esta concepção de Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu [...]” (SANTOS, 2010, p. 19).

Sander (2005) pontua que a globalização colonial, registrada nos séculos XV e XVI, se reduzia ao mercantilismo ou ao “descobrimento da América”. Já no século XIX foi entendida como um fenômeno europeu que se confundiu com a formação dos Estados Nacionais e o desenvolvimento da pré-industrialização e acabou com a Segunda Guerra Mundial. Portanto, sob esta ótica a globalização não surgiu apenas a partir do capitalismo. A continuação, elucidada que a globalização econômica, movimento gerenciado pelos EUA, tomou força com o fim da Guerra Fria.

Bauman (1999, p. 7) ensina que “[...] o termo globalização apresenta-se como uma encantação mágica, uma senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros [...]”. O olhar apurado do estudioso espelha a corrida ansiosa e frenética a que o mundo contemporâneo está submetido. As mudanças avassaladoras que são vivenciadas na atualidade, em especial, nas áreas científica e tecnológica e em relação à batalha pela alternância do poder econômico entre nações desenvolvidas, exigem um cidadão interconectado com temas relacionados com as necessidades da sociedade global, sem perder a identidade local.

Após a Segunda Guerra Mundial, a industrialização e a urbanização ganham destaque no contexto nacional movimentando várias áreas, entre elas a das ciências que se inclinam à pesquisa (FREIRE, 2000). Sob a liderança dos vencedores, organismos internacionais viabilizam financiamentos aos países menos desenvolvidos e, assim, detém o conceito de democracia. Cita-se, entre outros: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

No tocante aos marcos regulatórios para a educação, a Declaração Universal dos Direitos Humanos é referência ao proclamar que “[...] todo ser humano tem direito à instrução [...]”<sup>4</sup>.

Na segunda metade do século XX, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) despontou como orientadora para o aperfeiçoamento do planejamento educacional no mundo e, em especial, na América Latina. A partir 1990, assume uma posição mais dirigida a resultados passando a nortear a reforma da educação ancorada no sentido de eficiência e eficácia. Entretanto, mantém a concepção de educação como bem público e que requer ser concebida a partir de quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

A declaração resultante da Conferência Mundial sobre Educação Superior para o século XXI: Visão e Ação (1998) destacou três pontos essenciais para a reforma educacional: a pertinência, a partir da gestão eficiente e eficaz dos recursos públicos; a melhoria da qualidade com o propósito de promover a inovação social e tecnológica, sem perder

---

<sup>4</sup> Art. 26 da Declaração dos Direitos Humanos que foi adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (Resolução nº 217 A III) em 10 de dezembro 1948.

de vista a busca pela excelência; a internacionalização com respeito à construção coletiva de uma democracia que reduza as diferenças entre os países a partir de uma colaboração solidária para expandir a compreensão intercultural (DIAS, 2015). Os discursos verificados na Declaração de Cartagena (2008), nas Conferências de Paris (2003-2005), na Conferência Mundial sobre o Ensino Superior (2009) e demais fóruns de discussão fortalecem a concepção de Educação Superior como bem público que deve estar acessível a todas as pessoas e que promova a integração regional.

Sob outra ótica, em 1998, a Organização Mundial do Comércio (OMC), por meio do Acordo Geral do Comércio de Serviços (AGCS), e o Banco Mundial definem que educação é um serviço comercial, tendo por base uma agenda neoliberal. Vale registrar a recomendação desse último ao Brasil, em relatório emitido em 2017<sup>5</sup>, indicando que a Educação Superior não deve ser prioridade do gasto público.

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) lança o projeto Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, no sentido de continuar e aperfeiçoar os objetivos do milênio. O discurso de sustentabilidade e manutenção da diversidade é preservado nas metas da educação. As diretrizes do objetivo 04 para as políticas educacionais endereçadas à internacionalização indicam que:

**4.b** Até 2020, substancialmente, ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação (TIC), técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Aportando valiosa compreensão sobre o tema, Cunha (2015) reflete sobre quanto o discurso de que a expressão “sociedade do conhecimento” é referência para pensar a agenda compartilhada da Educação Superior no eixo Sul-Sul. Nesse sentido, Miranda (2015, p. 153) arrazoa “[...] la fuerte asociación con la idea de economía del conocimiento, una suerte de ideología que plantea que cualquier tipo de inversión o política pública debe estar basada en el impacto [...] en la economía.”

<sup>5</sup> Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

Sob a influência financeira a que os organismos internacionais submetem os países em desenvolvimento, verifica-se que a formulação de políticas públicas eficazes é prejudicada e os caminhos que levam à transnacionalização<sup>6</sup>, à multinacionalização<sup>7</sup> ou, ainda, ao modelo isomórfico<sup>8</sup> de universidade são facilitados.

Nessa perspectiva, Stuenkel (2017, p. 156) discorre sobre financiamentos de agências financeiras para o desenvolvimento e pontua que “[...] tais relações de empréstimo se submetem aos mecanismos de monitoramento e supervisão e condicionalidades de políticas”. A problemática emerge ao constatar-se que as orientações não estão em sinergia com as necessidades locais, não raras vezes, resultando em projetos e políticas com efeitos efêmeros.

Libâneo (2012, p. 3) complementa:

A internacionalização das políticas educacionais é um movimento gerado pela globalização em que agências internacionais, financeiras ou não, formulam recomendações sobre políticas públicas para países emergentes ou em desenvolvimento, incluindo formas de regulação dessas políticas em decorrência de acordos de cooperação entre esses países.

No intuito de enfrentar os desafios globais econômicos, políticos, sociais e culturais, o processo de regionalização<sup>9</sup> é fortalecido a partir da formação de blocos econômicos regionais, a exemplo da União Europeia, do Mercado Comum do Sul (Mercosul), da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)<sup>10</sup>, dos grupos BRICS<sup>11</sup> e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)<sup>12</sup>. Ao tratar as relações assimétricas entre os povos, Ventura (2003, p. 27)

<sup>6</sup> “Transnacionalização da Educação Superior: São processos além da nação (não respeitam barreiras nacionais e regionais) e não têm a noção de relações entre países e/ou instituições.” (MOROSINI, 2006, p. 95)

<sup>7</sup> “Multinacionalização da Educação Superior: programas acadêmicos ou IES pertencentes a um determinado país e que são oferecidos em outro(s) país(es).” (MOROSINI, 2006, p. 95)

<sup>8</sup> “Isomorfismo organizacional da Educação Superior: Tese da convergência dos efeitos da globalização sobre a organização universitária. Trata-se da concepção referente aos efeitos da globalização sobre a mudança organizacional que afirma a existência de um modelo – o isomórfico para que a organização universitária se torne exitosa.” (MOROSINI, 2006, p. 105)

<sup>9</sup> “Regionalização da Educação Superior: fenômeno que vem se desenvolvendo nos últimos 20 anos e tem um impacto maior, na Educação Superior nacional, do que a globalização.” (MOROSINI, 2006, p. 95).

<sup>10</sup> Constituído no ano de 1996 é, atualmente, composto por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, Timor-Leste. Disponível em: <<https://www.cplp.org/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

<sup>11</sup> Grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

<sup>12</sup> Grupo formado por Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe e Guiné Equatorial.

registra que “[...] não é o critério geográfico, mas sim o nível de desenvolvimento dos Estados que constitui o elemento de diferenciação entre o Norte e o Sul”.

A cooperação entre os povos para o progresso da humanidade é um dos princípios constitucionais<sup>13</sup> que regem as relações internacionais do Brasil. Sob esse ângulo e considerando política pública como “[...] a intencionalidade de ação de governo [...]” (CHRISPINO, 2016, p. 22), observa-se as políticas educacionais endereçadas à cooperação acadêmica no eixo Sul-Sul como meio para viabilizar a busca pela inovação, priorizando a conexão com as nações que resistem à hegemonia dos países desenvolvidos.

Se por um lado a forte influência dos organismos internacionais na elaboração de políticas públicas de países em desenvolvimento justifica-se no processo de globalização, por outro percebe-se o repensar das nações do Sul global no sentido de conectar-se ao fenômeno para formular políticas que atendam às suas necessidades e não as de países hegemônicos. A partir da análise do contexto regional e das prioridades da coletividade local a busca pela integração regional deve visar ao desenvolvimento social e econômico, sem perder de vista a manutenção da identidade cultural.

Nesse cenário complexo, a arena para a elaboração de políticas públicas para a Educação Superior encontra tensões entre os atores e seus interesses. Entre eles: a comunidade acadêmica, as organizações e colegiados de gestores de instituições públicas e privadas, os partidos políticos, os organismos internacionais, as instituições financeiras nacionais e internacionais e as agências de fomento, entre outros.

## **Políticas públicas para internacionalização da Educação Superior**

Nessa seção encontra-se uma breve explanação sobre as principais políticas públicas identificadas no Brasil, no sentido de promover a internacionalização da Educação Superior. Ressalta-se que, não obstante o objetivo desta pesquisa seja reconhecer as políticas públicas para o fortalecimento do eixo-Sul-Sul, faz-se mister destacar a cooperação Norte-Sul como forma de contextualização.

### **a) Cooperação acadêmica com o Norte global**

A concepção colonialista de que a educação e o conhecimento científico de qualidade são produzidos, apenas, pelas nações do Norte global caracteriza a internacionalização vertical. É fato que, ao longo dos anos, a cooperação

---

<sup>13</sup> **Constituição Federal de 1988**. Art. 4º, Inciso IX. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 22 jan. 2018.

com instituições de ensino superior (IES) daqueles países, especialmente, América do Norte e Europa, tem sido priorizada.

Neste decênio, verifica-se a forte política trazida pelo CsF<sup>14</sup>, com período de duração fixado entre os anos 2011 a 2014, que apresentava a proposta de promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio da concessão de 101.000 vagas para mobilidade internacional de acadêmicos de graduação e pós-graduação, bem como incentivos para atração de jovens talentos como forma de amenizar o *brain drain*<sup>15</sup>. Entretanto, com o discurso baseado em mobilidade em instituições de excelência, os destinos foram, em grande parte, os países do Norte global. De acordo com os dados<sup>16</sup> disponibilizados pelo CsF constata-se que, do total de 73.341 bolsas de estudo implementadas na modalidade Graduação Sanduíche no Exterior, apenas 26 estudantes brasileiros receberam bolsa de estudo para mobilidade na América Latina, mais especificamente no Chile. As demais modalidades de Pós-Graduação também registram números ínfimos no tocante à mobilidade na região.

Sendo a mobilidade internacional e a produção acadêmica conjunta fortes instrumentos de internacionalização, a capacitação da comunidade acadêmica em idiomas estrangeiros tornou-se condição indispensável para um projeto eficaz.

Na esteira dos efeitos do CsF, o Ministério da Educação (MEC), tendo constatado a necessidade de implementação de uma política linguística no cotidiano universitário, lança o Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF)<sup>17</sup>, o qual tem como objetivo propiciar a formação e a capacitação da comunidade acadêmica das IES brasileiras em idiomas, de estrangeiros em língua portuguesa e de professores de idiomas da rede pública de educação básica (BRASIL, 2014).

<sup>14</sup> Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), implantado pelos Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

<sup>15</sup> “Migração de talentos - Brain drain: deslocamento de estudantes e professores qualificados, para outros países buscando melhores condições de estudo e de formação, condições de trabalho, de salários e de oportunidades em países centrais no mundo da ciência e da pesquisa.” (MOROSINI, 2006, p. 99).

<sup>16</sup> Dados filtrados no link: Bolsistas pelo Mundo no site do Programa Ciência sem Fronteiras. Disponível em: <[http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/bolsistas-pelo-mundo?p\\_p\\_id=mapabolsistasportlet\\_WAR\\_mapabolsistasportlet\\_INSTANCE\\_Y7eO&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=normal&p\\_p\\_mode=view&p\\_p\\_col\\_id=column-2&p\\_p\\_col\\_count=1&siglaModalidade=SWG&nomeModalidade=Gradua%C3%A7%C3%A3o%20Sandu%C3%ADche%20no%20Exterior&siglaPais=&nomePais=Todos&codigoArea=&tituloArea=Todas](http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/bolsistas-pelo-mundo?p_p_id=mapabolsistasportlet_WAR_mapabolsistasportlet_INSTANCE_Y7eO&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_count=1&siglaModalidade=SWG&nomeModalidade=Gradua%C3%A7%C3%A3o%20Sandu%C3%ADche%20no%20Exterior&siglaPais=&nomePais=Todos&codigoArea=&tituloArea=Todas)>. Acesso em: 10 jul. 2018.

<sup>17</sup> Disponível em: <<http://isf.mec.gov.br/programa-isf/historico>>. Acesso em: 22 jan. 2018.



A magnitude do investimento e dos números de mobilidade registrados pelo CsF deixou como legado a mobilização de gestores das IES e das agências de fomento para a construção coletiva de um planejamento racional e efetivo, com foco no fortalecimento da internacionalização da Educação Superior.

Assim, ao final do ano de 2017, foi criado o Programa Capes-PrInt<sup>18</sup>, que traz entre seus objetivos: fomentar a construção de planos estratégicos de internacionalização, estimular as redes internacionais e promover a mobilidade. As ações deverão ter foco na pós-graduação e impacto na graduação.

## **b) Cooperação Sul-Sul**

O processo de regionalização não é novidade no contexto internacional, porém, o atual o cenário de cooperação Sul-Sul, que se fortalece pela consolidação do Mercosul, da CPLP, dos grupos PALOP e BRICS busca a restituição do poder e a manutenção da identidade cultural dos povos.

Lamprea (2016), em interessante artigo, analisa a política externa brasileira ativa e ativa como um novo paradigma que se iniciou em 2003, baseado nos conceitos do que foi a Política Externa Independente (1961 a 1964) e seu sucedâneo o Pragmatismo Responsável (1974 a 1979) que pontuavam a afirmação de soberania e legitimidade nas relações internacionais do Brasil. Ressalta que o Governo Federal, na tentativa de se descolar do quadro internacional neoliberal, passa a se aproximar da América do Sul. Alerta, ainda, para o fortalecimento do BRICS que, em 2014, após reunião entre os países-membro produziu “[...] uma Declaração Final composta por 72 pontos, ‘deixando clara a disposição do bloco de atuar em uma vasta agenda de temas estratégicos em disputa na arena global’.” (LAMPREIA, 2016, p. 89).

Stuenkel (2017, p. 157), em aprofundado estudo sobre BRICS, reflete:

Muitas das análises da cooperação Sul-Sul se baseiam numa noção implícita e algo vaga de que essa cooperação seria menos exploratória do que a Norte-Sul [...]. Segundo essa narrativa, a cooperação Sul-Sul visa descobrir e explorar o conceito de “complementaridade” na cooperação em produção, consumo, comércio, investimento e tecnologia e desenvolvimento.

<sup>18</sup> Portaria nº 220, de 03 de novembro de 2017. Institui o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil e dispõe sobre as diretrizes gerais do Programa. Disponível em: <[http://www.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19400907/do1-2017-11-08-portaria-n-220-de-3-de-novembro-de-2017-19400854](http://www.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19400907/do1-2017-11-08-portaria-n-220-de-3-de-novembro-de-2017-19400854)>. Acesso em: 15 jan. 2018.

O relatório “A internacionalização na Universidade Brasileira: resultados do questionário aplicado pela CAPES”<sup>19</sup>, destinado a avaliar a situação atual do plano estratégico das IES, no tocante à internacionalização oferece informações valiosas para a nossa construção como investigadores, porém, para este texto sublinhamos interessante achado. Ao solicitar às IES que citassem e justificassem os cinco países prioritários para a internacionalização da sua instituição, em ordem de prioridade, as respostas indicaram que os EUA é o país prioritário em termos de colaboração, seguido da Alemanha, França, Canadá, entre outros. Ao mesmo tempo, a pesquisa constatou que a informação se mostrou contraditória com os resultados a outra pergunta, os quais indicavam o “[...] eixo Sul-Sul como critério de escolha de parceiros” (BRASIL, 2017, p. 22).

O discurso contraditório encontra amparo na hegemonia do Norte global, que tem dominado as relações de cooperação acadêmica, e na corrida pela concretização de um bloco universitário regional de sucesso no Mercosul, que não é novidade na academia. Na esteira do processo de integração regional das universidades da União Europeia e das universidades da América do Norte e Central (Nafta) são verificados esforços para viabilizar a sua competitividade regional frente à globalização.

Analisando a dinâmica institucional das IES, no cenário de integração regional, Krawczyk (2008, p. 44) pondera:

Neste sentido, a intencionalidade de integração das universidades dos países que compõem o Mercosul parece estar fortemente marcada pelas necessidades de desenvolvimento dos mercados regionais e sua competitividade internacional. Os incentivos (promovidos pelas instâncias governamentais, universitárias, empresariais e pelos organismos internacionais) para a integração regional das universidades parece estar se inserindo contraditoriamente na lógica do “capitalismo acadêmico”.

O Brasil tem atendido às necessidades educativas da região e do eixo a partir de algumas políticas específicas, tais como: a expansão das universidades federais com unidades em áreas de fronteira, a oferta de vagas na Educação Superior para cidadãos de países subdesenvolvidos e em desenvolvimento e auxílios financeiros para manutenção.

Entre as políticas educativas de internacionalização precursoras e bem-sucedidas, no sentido de cooperação solidária no eixo, destacam-se o Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e o Programa Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), dirigidos aos estudantes de países em desenvolvimento, com os quais o Brasil mantém acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico.

<sup>19</sup> Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/A-internacionalizacao-nas-IES-brasileiras.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

No âmbito do PEC-G o Brasil oferta a vaga e o acadêmico se compromete ao retorno ao país de origem ao final do curso, evitando assim a fuga de cérebros, bem como responsabiliza-se por sua vinda e manutenção. Conforme os dados estatísticos<sup>20</sup>, apresentados no site institucional, entre os anos 2000 e 2017 aproximadamente 9.500 estrangeiros foram contemplados. Ademais, nesta categoria são cinquenta e nove os países participantes, sendo vinte e cinco da África, vinte e cinco das Américas e nove da Ásia. Vale destacar como política de manutenção dos alunos internacionais o Projeto Milton Santos de acesso ao Ensino Superior. (Promisaeas)<sup>21</sup>, que visa conceder auxílio financeiro para os estudantes regularmente matriculados que sejam selecionados a partir de editais das IES e cumpram os requisitos e critérios exigidos.

Na modalidade PEC-PG<sup>22</sup>, além da vaga há um indicativo de bolsa de estudo e passagem aérea de retorno como subsídios. Dos dados<sup>23</sup>, disponibilizados no portal do Programa, extrai-se que cinquenta e seis países participam da modalidade, sendo vinte e quatro da África, vinte e cinco das Américas e sete da Ásia. Foram concedidas em torno de 1.600 bolsas de estudo, em sua maioria para cidadãos provenientes de países da América (Peru, Colômbia e Argentina).

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), criada em 2010 com sedes na Bahia e no Ceará, tem como missão institucional formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da CPLP, incluindo aí o grupo PALOP. Contempla um processo seletivo para estrangeiros que são submetidos a uma avaliação do histórico escolar do Ensino Médio (Secundário) e a uma prova de redação realizada no país de origem. Os interessados devem se inscrever nas Missões Diplomáticas brasileiras dos países parceiros (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste).

Ainda, em 2010, registra-se o aporte para o processo integracionista da América Latina com a instituição da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), sediada na tríplice fronteira onde está Foz do Iguaçu,

---

<sup>20</sup> Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) – criado oficialmente em 1965 pelo Decreto nº 55.613 e, atualmente regido pelo Decreto nº 7.948, é administrado pelo Ministério das Relações Exteriores, por meio da Divisão de Temas Educacionais, e pelo Ministério da Educação, em parceria com Instituições de Ensino Superior em todo o país. Oferece a estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico a oportunidade de realizar seus estudos de graduação. Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PECG.php>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

<sup>21</sup> Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/promisaeas>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

<sup>22</sup> Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) – criado oficialmente em 1981, oferece bolsas de estudo para formação em cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado). Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PECPG.php>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

<sup>23</sup> Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PG/historico.html>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

no Paraná. Apresenta como vocação, o intercâmbio acadêmico e a cooperação solidária em áreas de interesse mútuo consideradas estratégicas para o desenvolvimento. Em 2018, lançou edital para ingresso de estrangeiros destinando 50% (cinquenta por cento) das vagas disponibilizadas pela UNILA. Destaca-se com a unidade do Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA) que se constitui no laboratório para a elaboração e definição das linhas de pesquisa e reflexão acadêmico-científica e institucional com foco na integração regional.

Em 2009, a criação da Universidade da Fronteira Sul com *campi* nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul. Destacamos o Programa Institucional Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para Estudantes Haitianos (PROHAITI), desenvolvido em parceria entre a UFFS e a Embaixada do Haiti no Brasil. Atualmente conta com 35 alunos haitianos com matrícula ativa e objetiva qualificar profissionais que, ao retornar, possam contribuir com o desenvolvimento do Haiti<sup>24</sup>.

Em 2008, a Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) foi criada e se estabeleceu com 10 unidades geograficamente distribuídas na zona de fronteira do Rio Grande do Sul. É inequívoco que o desenvolvimento regional, proposto na lei de criação, se alargará além-fronteiras. Em 2011 lançou um projeto institucional inovador e integrador através do processo seletivo específico para ingresso de candidatos fronteiriços<sup>25</sup>. Inicialmente as vagas destinavam-se aos cidadãos residentes em cidades uruguaias limítrofes com os municípios onde estão sediadas as unidades da IES. Entretanto, no ano de 2018, o processo seletivo<sup>26</sup> já oferece vagas para candidatos residentes nas localidades fronteiriças do Uruguai e Argentina.

No tocante ao Sistema Educacional do Mercosul (SEM), que objetiva a integração universitária, destaca-se o Sistema de Credenciamento Regional de Cursos de Graduação dos Estados parte do MERCOSUL (Sistema ARCU-SUL) que pretende promover a educação de qualidade para todos como um fator de inclusão social, desenvolvimento

<sup>24</sup> Disponível em: <[https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/assessoria\\_para\\_assuntos\\_internacionais/prohaiti/programa](https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/assessoria_para_assuntos_internacionais/prohaiti/programa)>. Acesso em: 18 jan. 2018.

<sup>25</sup> Conforme Decreto nº 5.105/2004 que promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios. A permissão é conferida, a pedido, aos nacionais do Brasil ou Uruguai, residentes nas localidades fronteiriças indicadas no Anexo de Localidades Vinculadas, entre elas podemos citar as fronteiras Jaguarão (Brasil) a Rio Branco (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a Rivera (Uruguai). De acordo com o Artigo I, poderá ser concedida permissão para: a) residência na localidade vizinha, situada no território da outra Parte, [...] b) exercício de trabalho, ofício ou profissão, com as consequentes obrigações e direitos previdenciários deles decorrentes; [...] c) frequência a estabelecimentos de ensino públicos ou privados (BRASIL, 2004, grifo da autora). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5105.htm)>. Acesso em: 18 jan. 2018.

<sup>26</sup> Edital nº 327/2017. Disponível em: <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/prograd/processo-seletivo-fronteirico/>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

humano e produtivo e mensurar a qualidade dos cursos dos países de forma a unificar um elevado padrão sem interferir nos aspectos culturais e regionais de cada instituição.

Para a concretização da acreditação (selo de qualidade), os países devem alinhar suas metodologias de avaliação. Apesar de incipiente, nesse aspecto, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)<sup>27</sup> busca adequar-se à nova realidade do bloco. Discussões qualificadas sobre o formato das avaliações estão na pauta da Academia.

Já o Plano Nacional de Educação (PNE) para o período 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, nas metas 12, 13 e 14 trata da Educação Superior e define algumas estratégias para a internacionalização, vejamos:

[...] 12.12) consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e Pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior;

[...] 13.1) aperfeiçoar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão;

[...] 14.9) consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da Pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa;

14.10) promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão;

[...] 14.13) aumentar qualitativa e quantitativamente o desempenho científico e tecnológico do País e a competitividade internacional da pesquisa brasileira, ampliando a cooperação científica com empresas, Instituições de Educação Superior – IES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas – ICTs (BRASIL, 2014, p. 41-47).

Considerando as políticas educacionais supramencionadas verifica-se a inclinação do Brasil, ainda que incipiente, à promoção da cooperação internacional solidária no eixo Sul-Sul.

Nesse movimento de denúncia do acirramento do desenvolvimento do norte e do subdesenvolvimento do sul, Didriksson (2005) propõe um modelo de cooperação internacional para a América Latina e para o Caribe denominado de *Cooperação Internacional Horizontal – CIH*, com base na solidariedade e na consciência internacional. Esse modelo se oporia ao modelo tradicional de cooperação internacional, no qual o mercado tem o domínio dos princípios (MOROSINI, 2011, p. 2).

<sup>27</sup> Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. Brasília, 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm)>. Acesso em: 22 dez. 2017.

Esta seção teve como propósito elencar algumas das mais destacadas ações de promoção da internacionalização da Educação Superior no país. Para tanto, resgatou-se as principais políticas públicas, as quais objetivam materializar as orientações ditadas nas normativas nacionais e supranacionais no sentido de garantir a todos o acesso à educação de qualidade, recorrendo à cooperação acadêmica internacional como mecanismo para que as nações em desenvolvimento diminuam suas desigualdades, a partir do compartilhamento do conhecimento.

## Considerações finais

A proposta da investigação, que focou no reconhecimento das principais políticas públicas relacionadas à internacionalização da Educação Superior e práticas para a cooperação Sul-Sul, privilegiou dois momentos. Inicialmente, o estudo debruçou-se sobre a discussão e o mérito da internacionalização a fim de compreender a correlação entre globalização, as dinâmicas que regem o capitalismo, a política externa brasileira e seus efeitos sobre a agenda educacional. Após, elencou-se os mais eminentes programas nacionais para a cooperação acadêmica passiva e ativa, a criação de novas universidades como meio de integração com o Sul global, bem como os programas institucionais específicos para esse fim e, ainda, os marcos regulatórios que norteiam o tema.

Notadamente, a cooperação com o Norte global tem se mostrado a preferência na academia, pois o senso comum entende que naquele espaço geográfico reside a supremacia do conhecimento. Não se desconsidera a valiosa contribuição das instituições estrangeiras para o aperfeiçoamento de recursos humanos, todavia destaca-se que a importação de receitas desenvolvidas para aquelas nações, na maior parte das vezes, não atende às demandas de países em desenvolvimento. Por vezes, os pesquisadores observam seus projetos serem inviabilizados face à conjuntura econômica e cultural onde está sendo implantado.

É fato que o CsF sedimentou as bases para a conscientização dos gestores das IES nacionais sobre a imperiosa necessidade de incluir a internacionalização na pauta da gestão acadêmica e absorvê-la como uma das missões da universidade. Ademais, os países do Norte global estão alertas à busca do Brasil quanto à necessidade de se estabelecer como referência acadêmica.

Na esteira do reconhecimento da importância do investimento na internacionalização da Educação Superior, constatou-se um movimento de aproximação dos países do Sul global na promoção de colaboração solidária com o propósito de fortalecimento regional com respeito às diferenças culturais. Por outro lado, verifica-se que o governo federal brasileiro tem envidado esforços na ampliação da colaboração com o eixo. A parceria universitária se estabelece fortemente a partir do fomento da oferta de vagas para cidadãos provenientes de países em desenvolvimento. Tais

políticas estimulam que os estudantes internacionais acessem a Educação Superior e que, ao final, retornem aos seus países comprometidos com a promoção do desenvolvimento.

Considerando o complexo discurso acerca de globalização, sociedade do conhecimento e integração regional é possível detectar como desafios para os *policy makers*: alinhar as políticas públicas educacionais às necessidades locais e que causem impacto interno e externo, tomando em conta o processo de regionalização, a fim de promover a cooperação solidária e equitativa com os parceiros do Sul global, sem, contudo, desconsiderar as relações com o Norte global. E, ainda, verificar que tais ações se sedimentem como políticas de Estado, refletindo interesses nacionais e não apenas de um grupo que detém o poder.

Por fim, verifica-se que a pesquisa contribuiu para a compreensão de que a forte intervenção dos organismos internacionais e dos países desenvolvidos nas políticas educacionais das nações em desenvolvimento não está sendo suficiente para evitar um levante desses povos. Em sua maioria herdeiros de uma colonização exploratória, a união de esforços e o movimento de (re)aproximação têm foco no fortalecimento para enfrentarem a conjuntura global como partícipes de um contexto mais equitativo e solidário. O desafio de lograr o êxito da cooperação Sul-Sul requer ações estratégicas que levem em conta a valorização do bem comum e o respeito e manutenção das identidades culturais.

## Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
- BAUMAN, Zygmund. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BONETI, Lindomar Wesser. **Políticas públicas por dentro**. 3. ed. rev. Ijuí: Unijuí, 2011.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 99/2017 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnica, 2017. 522 p. ISBN: 978-85-7018-896-0. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/536043>>. Acesso em: 22 mar. 2018.
- BRASIL. Decreto nº 5.105, de 14 de junho de 2004. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e uruguaios. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5105.htm)>. Acesso em: 18 jan. 2018.
- BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília, 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm)>. Acesso em: 22 dez. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>. Acesso em: 06 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **A internacionalização na Universidade Brasileira**: resultados do questionário aplicado pela CAPES. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/A-internacionalizacao-nas-IES-brasileiras.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE). **Planejando a Próxima Década**: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Brasília, 2014. Disponível em: <[http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf)>. Acesso em: 22 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 973, de 14 de novembro de 2014. Institui o Programa Idiomas sem Fronteiras e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: <[http://isf.mec.gov.br/images/pdf/novembro/Portaria\\_973\\_Idiomas\\_sem\\_Fronteiras.pdf](http://isf.mec.gov.br/images/pdf/novembro/Portaria_973_Idiomas_sem_Fronteiras.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 220, de 03 de novembro de 2017. Institui o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil e dispõe sobre as diretrizes gerais do Programa. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2017. Disponível em: <[http://www.imprensa nacional.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19400907/do1-2017-11-08-portaria-n-220-de-3-de-novembro-de-2017-19400854](http://www.imprensa nacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19400907/do1-2017-11-08-portaria-n-220-de-3-de-novembro-de-2017-19400854)>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Ciência sem Fronteiras**. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/cs/>>. Acesso em: 30 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Idiomas sem Fronteiras**. Disponível em: <<http://isf.mec.gov.br/programa-isf/historico>>. Acesso em: 30 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/promisaes>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G)**. Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PECG.php>>. Acesso em: 30 out. 2017.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Programa Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG)**. Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PEC PG.php>>. Acesso em: 30 out. 2017.

CHRISPINO, Alvaro. **Introdução ao estudo das Políticas Públicas**: uma visão interdisciplinar e contextualizada. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <<https://www.cplp.org/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

CUNHA, Célio. Sociedade do conhecimento: quais e que conhecimentos são mais relevantes? In: MOROSINI, Marília (Org.). **Fórum latino-americano de Educação Superior**. São Carlos: Pixel, 2015. p. 87-98.

DIAS, Marco Antônio Rodrigues. Cooperação Interuniversitária em tempo de globalização uniformizante. In: MOROSINI, Marília (Org.). **Fórum latino-americano de Educação Superior**. São Carlos: Pixel, 2015. p. 33-66.



FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

KRAWCZYK, Nora Ruth. As Políticas de Internacionalização das Universidades no Brasil: o caso da regionalização no Mercosul. **Jornal de políticas educacionais**, v. 2, n. 4, p. 41-52, 2008. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/15027/10075>>. Acesso em 24 set. 2017.

LAMPREIA, José Eduardo. Brasil 2015: o confronto de paradigmas da política externa. In: REVELEZ, Lincoln Bizzozero; LUZURIAGA, Wilson Fernández (Ed.). **Anuario Política Internacional & Política Exterior 2015-2016**: migraciones, geopolítica y derechos humanos en la construcción de nuevos acuerdos espaciales. Uruguay: Ediciones Cruz del Sur, 2016. p.87-92. Disponível em: <[http://cienciassociales.edu.uy/wp-content/uploads/sites/6/2017/10/Anuario-Pol.-Inter.Pol.\\_Ext\\_.pdf](http://cienciassociales.edu.uy/wp-content/uploads/sites/6/2017/10/Anuario-Pol.-Inter.Pol._Ext_.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. Internacionalização das políticas educacionais e políticas para a escola: elementos para uma análise pedagógico-política de orientações curriculares para o Ensino Fundamental. In: XVI ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino. **Anais...** UNICAMP, Campinas, 2012. p.185-198. Disponível em: <[http://www.infoteca.inf.br/endiipe/smarty/templates/arquivos\\_template/upload\\_arquivos/acervo/docs/0087s.pdf](http://www.infoteca.inf.br/endiipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/0087s.pdf)>. Acesso em: 31 out. 2017.

MOROSINI, Marília Costa (Ed.). **Enciclopédia de Pedagogia Universitária**: glossário. Brasília: INEP, 2006. 2 v. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/Enciclop%C3%A9dia+de+pedagogia+universit%C3%A1ria+gloss%C3%A1rio+vol+2/b9d6f55d-1780-46ef-819a-cdc81ceac39?version=1.0>>. Acesso em: 10 out. 2017.

MOROSINI, Marília Costa. Internacionalização na produção de conhecimento em IES Brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 93-112, abr. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982011000100005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982011000100005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 17 dez. 2017.

MIRANDA, Estela. La Universidad en la “Sociedad del Conocimiento” ¿Es posible un nuevo proyecto de Universidad?: discursos y políticas. In: MOROSINI, Marília (Org.). **Fórum latino-americano de Educação Superior**. São Carlos: Pixel, 2015. p. 149-172.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>. Acesso em: 15 set. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.

SANDER, Benno. **Políticas públicas e gestão democrática da educação**. Brasília: Liber Livro, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula [Org.]. **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

STUENKEL, Oliver. **BRICS e o futuro da ordem global**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (Unilab). Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/>>. Acesso em: 30 out. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). Disponível em: <<https://www.unila.edu.br>>. Acesso em: 31 out. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (UNIPAMPA). Edital nº 327/2017. Disponível em: <<http://portais/prograd/processo-seletivo-fronteirico/>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima. **As assimetrias entre o MERCOSUL e a União europeia**: os desafios de uma associação inter-regional. Barueri, SP: Manole, 2003.

WORLD BANK. **Um Ajuste Justo**: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

Recebido em: abril/2018

Aceito em: julho/2018

**Endereço para correspondência:**

Marilene Gabriel Dalla Corte <[marilenedallacorte@gmail.com](mailto:marilenedallacorte@gmail.com)>

Av. Roraima, 1000 – Camobi

97105-900, Santa Maria, RS, Brasil